

Handwritten blue scribbles and symbols in the top right corner, including a stylized 'A', a 'W', a 'S', and a circular mark.



Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A.

Relatório e Contas 2019



aquaelvas



Handwritten blue marks and signatures in the top right corner.

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	42



Handwritten blue scribbles and initials in the top right corner.

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Aqualvas - Águas de Elvas, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivo anexo, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019.





Handwritten initials and marks in blue ink, including a circled 'W' and a signature.

ATIVIDADE DA EMPRESA

A Aqualvas - Águas de Elvas, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, por contrato celebrado a 11 de setembro de 2008, com o Município de Elvas e por um período de 30 anos.



A Concessão tem por objeto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Em 2017 foi assinada a alteração de Contrato de Concessão, passando a Concessionária a dispor de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e várias Estações Elevatórias, para sua gestão e manutenção.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, com a alteração do Contrato de Concessão, atinge cerca de 7,7 milhões de Euros, a preços correntes, para todo o período de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a Aqualvas irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente, no valor de aproximadamente 3,7 milhões de Euros.

Plano de Investimentos Executado

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aqualvas até ao final de dezembro de 2019 é o que se apresenta no quadro seguinte:





Handwritten initials and a signature in blue ink.

Desmatação e limpeza junto a instalações da rede de abastecimento de água e saneamento

De forma a permitir um rápido e fácil acesso as instalações da rede de abastecimento de água e saneamento, são anualmente realizados trabalhos de limpeza e desmatação da zona envolvente de alguns locais que requerem mais manutenção, tais como: captação Trinta Alferes, depósito de Santa Eulália, CE4, CE5, depósito do Caia, depósito da Conceição, depósito da Calçadinha e depósito de Vila Boim.

Substituição e colocação de doseadoras de cloração em depósitos de água

Durante o ano de 2019 foi substituída a doseadora de hipoclorito para desinfecção de água para consumo humano da CE5 e reparada a de Alcáçova.

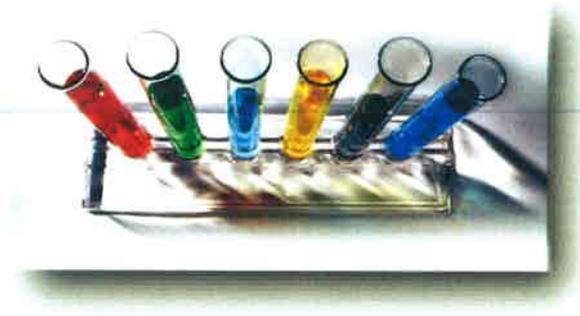
Desratização e desbaratização

Anualmente são efetuadas quatro intervenções de desratização e quatro de desbaratização em toda a rede de saneamento com maior incidência nos descarregadores de tempestade situados imediatamente antes dos emissários. Não obstante, qualquer reclamação nos períodos intermédios dá sempre origem a intervenções pontuais nos locais afetados.

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela Aqualvas, aos utilizadores do concelho de Elvas é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2019. Este programa foi aprovado em 26 de novembro de 2018 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, estabelecido de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.



No ano de 2019, o cumprimento dos valores legislados foi de 98,95%. Num total de 857 parâmetros analisados ao longo do ano, apenas em 9 foram registados incumprimentos.

Volumes de água comprada e captada

Em 2019 o volume de água comprada foi de 1.373.211 metros cúbicos. Em relação à água captada durante este ano, o valor foi de 84.727 metros cúbicos. A água captada serve para abastecer zonas de abastecimento não servidas pela água em "alta", sendo estas Caia, Casas Novas, Calçadinha e reforço à zona de Vila Boim.





R
S
B

Volume faturado por tipo de utilizador

Em 2019 verificou-se que o volume de água faturado aumentou 1,77% em relação ao ano de 2018. O aumento do volume faturado deve-se à recuperação dos consumos depois da descida em 2018, devida ao aumento que o tarifário sofreu em 2018, e ainda por ter sido um ano particularmente seco. A maior variação de volume faturado acontece nos consumos não-domésticos, em grande parte derivado à abertura de uma unidade hoteleira no centro histórico que tem um consumo considerável.

De uma forma geral, o número total de clientes manteve-se praticamente inalterado durante o ano 2019.

Interrupções de fornecimento de água planeadas e não planeadas

Em termos operacionais, durante o ano ocorreram 217 interrupções no fornecimento de água, ocasionadas por reparações de condutas e ramais, das quais 12 afetaram o abastecimento num período superior a 6 horas.



Instalação de contadores

Foi realizado um estudo do parque de contadores existentes com uma amostra de contadores, do qual resultou uma campanha de substituição de 810 contadores por subcontagem. Para além destes foram ainda substituídos mais 242 contadores por antiguidade e 246 contadores por outras causas. Foram assim substituídos um total de 1.298 contadores durante o ano.

Intervenções na rede de água potável

O número total de intervenções realizadas na rede de abastecimento em 2019 foi de 217, sendo 107 em ramais de abastecimento e 110 em condutas. No que respeita aos ramais, uma intervenção deveu-se a ocorrência provocada por terceiros, enquanto que relativamente às condutas ocorreram 7 situações deste tipo, tendo ficado todas as restantes a dever-se a causas acidentais.

Por outro lado, foram reabilitados 17 ramais na Parada do Castelo e construídos 21 novos ramais de abastecimento de água.

Durante o ano de 2019 foi reabilitada a conduta de abastecimento da freguesia de Santa Eulália numa extensão de 1.335 metros e a conduta de abastecimento da Parada do Castelo, em Elvas, numa extensão de 150 metros.

Volume de água residual tratada e bruta

No ano de 2019 o volume total de água residual que deu entrada nas ETAR geridas pela empresa Águas do Vale do Tejo foi 992.687 metros cúbicos, sendo que o volume total de água residual que deu entrada na ETAR de Vila Fernando, gerida pela Aqualvas foi de 16.928 metros cúbicos.

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número total de intervenções realizadas na rede de saneamento em 2019 foi de 309. Destas, 60 foram em ramais de saneamento e 249 em coletores. As avarias registadas são quase na totalidade referentes a trabalhos de desobstrução.





D

S
K

Durante o ano foi reabilitada uma pequena rede de saneamento de águas residuais com um comprimento de 62 metros e com 7 ramais e tendo sido reabilitados outros 7.

Limpeza da rede de águas residuais e fossas

Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, foram realizadas operações de limpeza e manutenção, das quais resultou a limpeza de 24.900 metros da rede de saneamento durante 2019.

Consumos energéticos e de reagentes

Durante 2019 foram consumidos um total de 870.002 kWh em todas as instalações de captação de água e estações elevatórias de água potável e um total de 19.418 kWh em todas as instalações elevatórias de águas residuais.

Tendo em conta a necessidade de desinfecção da água bruta, bem como a recloração da água comprada, foram consumidos 1.366 Kg de hipoclorito de sódio durante o ano.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração nas condições existentes.

A Aqualvas obteve em 2015 a certificação de conformidade do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a Norma OHSAS 18001.



SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE E AMBIENTE

A Aqualvas tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aqualvas assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Elvas, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aqualvas apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).





Handwritten blue initials and a signature.

A Aqualvas tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS



A política de gestão de recursos humanos da Aqualvas é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Aqualvas procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no período findo em 2019 de 21 pessoas (em 2018 foi igualmente de 21 pessoas).

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aqualvas espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Aqualvas no ano de 2019, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.

Volume de Negócios

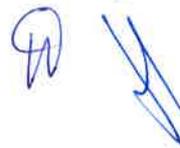
O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 3.595 milhares de Euros, em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o período atual com o anterior, regista-se um acréscimo na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 2,03% (de 3.523.799,59 Euros em 2018 para 3.595.466,34 Euros em 2019) e a rubrica de rendimentos originados pela aplicação da NCRF 19, aumentou a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise (de 0,00 Euros em 2018 para 51.206,86 Euros em 2019).

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aqualvas, em 2019, foi de 3.440.342,51 Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 3.303.799,15 Euros, representa um acréscimo de 4,13%. Estes valores não incluem o imposto sobre o rendimento.





A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados sobre o inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 1.378.512,96 Euros, representando cerca de 40,07% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma registava 1.400.019,79 Euros, representando então cerca de 42,38% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de -1,54%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a NCRF19 - Contratos de Construção) registou 1.079.498,56 Euros, representando cerca de 31,38 % do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma registava 920.500,31 Euros, representando então cerca de 27,86% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de fornecimentos e serviços externos foi de 22,84%.

Os gastos com o pessoal, no montante de 418.998,17 Euros, representam cerca de 12,18% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma rubrica registava 412.631,23 Euros, representando então cerca de 12,49% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica gastos com o pessoal foi de 1,54%.

A rubrica de outros gastos registou em 2019 o valor de 151.179,49 Euros (4,39% do total dos gastos do período), tendo registado em 2018 o montante de 182.842,81 Euros (5,53% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações sofreu um acréscimo em 2018 relacionado com a contabilização do novo plano de investimentos no total de 2 milhões de Euros e correspondentes amortizações. Esta rubrica apresenta o valor de 285.648,90 Euros, para o período em análise, face a 295.266,72 Euros no período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 8,30% e 8,94%. A variação entre períodos da rubrica foi de -3,26%.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aqualvas registou no ano de 2019 o montante de 71.949,20 Euros (equivalente a 2,09% do total dos gastos do período), que em comparação com o ano anterior, representa um decréscimo de 3,67%, quando a mesma rubrica em 2018 registava 74.691,04 Euros (equivalente a 2,26% do total dos gastos do período).

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aqualvas foi em 2019 de 3.899.505,96 Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 3.825.524,15 Euros, representa um aumento de 1,93%.

A rubrica de vendas e serviços prestados (sem a parte respeitante à realização do plano de investimentos) registou em 2019, 3.544.259,48 Euros que, comparado com o período anterior, revela um acréscimo de 0,58% face ao valor de 3.523.799,59 Euros de 2018.

A rubrica de outros rendimentos registou em 2019 o valor de 304.039,62 Euros; a mesma rubrica registava em 2018 o valor de 301.724,56 Euros. A variação entre períodos da rubrica foi de 0,77%.

Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período, que ascende a 351.975,46 Euros, representa uma diminuição face ao período anterior, que havia registado um resultado de 391.403,41 Euros.





Handwritten blue marks and signatures in the top right corner.

Evolução dos Capitais Próprios

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da Aquaelvas, a mesma apresenta no final do período de 2019 uma recuperação de 351.975,46 Euros.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, a Aquaelvas continúa confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Mesmo que dependentes da conjuntura económica nacional e internacional, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 816.761,55 Euros relativamente ao período em análise, apresentando uma diminuição (8,40%) comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, uma diminuição, situando-se no final de 2019 em 531.112,65 Euros.

	Ano 2019	Ano 2018
Rentabilidade do ativo total	4,70%	4,92%
Rentabilidade dos capitais próprios	29,92%	47,48%
Rentabilidade das vendas	9,79%	11,11%
EBITDA	816 761,55 €	891 682,76 €
EBIT	531 112,65 €	596 416,04 €

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, reflete uma tendência de melhoria entre as principais rubricas do ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 7.963.405,16 Euros em 2018 para 7.490.099,89 Euros em 2019.

Em termos desagregados, os capitais próprios melhoraram, passando de 824.356,02 Euros em 2018 para 1.176.331,48 Euros em 2019, tendo reforçado a sua importância na estrutura de capitais, passando de -11,55% para 18,63%. O passivo passou de 7.139.049,14 Euros em 2018 para 6.313.768,41 Euros em 2019.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2019, em termos percentuais, uma relativa melhoria dos mesmos face ao ano de 2018:





Handwritten blue ink marks, including a large 'D' and some scribbles.

	Ano 2019	Ano 2018
Capitais próprios	1 176 331,48 €	824 356,02 €
Passivo total	6 313 768,41 €	7 139 049,14 €
Passivo corrente	1 852 575,36 €	2 626 649,23 €
Ativo total	7 490 099,89 €	7 963 405,16 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	15,71%	10,35%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	18,63%	11,55%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	84,29%	89,65%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	29,34%	36,79%

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

O surgimento do Coronavírus COVID-19 na China em dezembro de 2019 e sua recente expansão global para um grande número de países levou o surto viral a ser classificado como pandémico pela Organização Mundial da Saúde desde o dia 11 de março de 2020. Considerando a complexidade dos mercados devido à sua globalização e a ausência, no momento, de um tratamento médico eficaz contra o vírus, as consequências para as operações da Empresa são incertas e dependerão, em grande parte, da evolução e disseminação da pandemia nos próximos meses, bem como da capacidade de reação e adaptação de todos os agentes económicos.

Ainda não nos é possível estimar, com razoável grau de confiança, eventuais impactos na atividade da Empresa face ao atual enquadramento de elevada incerteza e rápida evolução. A Empresa irá continuar a monitorizar a ameaça e as suas implicações no negócio e reitera o seu compromisso de facultar a informação necessária, em caso de mudança significativa do impacto da pandemia do Coronavírus nas suas operações. Sendo certo que se vive atualmente um período ímpar de elevada incerteza, a Empresa está a trabalhar arduamente para minimizar os impactos desta pandemia e a sua atividade operacional não tem sentido qualquer impacto relevante operacional ou financeiro até à presente data.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquaelvas encontra-se em mandato para o triénio 2017-2019.

A Administração da Aquaelvas está determinada em manter o esforço de implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, não obstante a previsível crise económica e social com que o país se debaterá nos próximos tempos, a Aquaelvas encara o futuro com grande resiliência e robustez, que lhe permitirão seguramente superar os novos desafios e alcançar os objetivos que se propõe.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social ou a quaisquer outras entidades públicas.





PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 351.975,46 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: 351.975,46 Euros

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aqualvas aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Elvas, a 30 de março de 2020

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Francisco de Lope Alonso

Presidente

Guillermo Moya García-Renedo

Vogal

Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal

Raquel Mendoza Quintana

Vogal





Handwritten blue ink marks, including a signature and the letters 'D S A'.



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em euros

	NOTAS	2019	2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	10 354,97	1 520,62
Ativos intangíveis	6	5 494 891,85	5 779 110,40
Outros ativos financeiros		1 754,10	1 345,42
Ativos por impostos diferidos	7	195 444,46	184 830,41
subtotal		5 702 445,38	5 966 806,85
Ativo corrente			
Inventários	15	24 272,87	25 884,67
Clientes	9	961 604,10	925 276,49
Estado e outros entes públicos	8	8 362,61	4 870,43
Outros créditos a receber	9	394 503,59	149 581,15
Diferimentos	10	185 479,78	195 240,36
Caixa e depósitos bancários	4	213 431,56	695 745,21
subtotal		1 787 654,51	1 996 598,31
Total do ativo		7 490 099,89	7 963 405,16
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	13	50 000,00	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	13	352 000,00	352 000,00
Reserva legal	13	10 000,00	10 000,00
Resultados transitados	13	412 356,02	20 952,61
Resultado líquido do período	13	351 975,46	391 403,41
Total do capital próprio		1 176 331,48	824 356,02
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	6	1 899 193,05	1 950 399,91
Financiamentos obtidos	11	2 562 000,00	2 562 000,00
subtotal		4 461 193,05	4 512 399,91
Passivo corrente			
Fornecedores	12	980 003,75	724 072,06
Adiantamentos de clientes	9	13 077,16	11 759,36
Estado e outros entes públicos	8	9 754,65	137 253,34
Outras dívidas a pagar	12	849 739,80	1 753 564,47
subtotal		1 852 575,36	2 626 649,23
Total do passivo		6 313 768,41	7 139 049,14
Total do capital próprio e do passivo		7 490 099,89	7 963 405,16

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Triago Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Medos *[Signature]*





AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2019	2018
Vendas e serviços prestados	14	3 595 466,34	3 523 799,59
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	(1 378 512,96)	(1 400 019,79)
Fornecimentos e serviços externos	16	(1 130 705,42)	(920 500,31)
Gastos com o pessoal	17	(418 998,17)	(412 631,23)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	(3 348,37)	(17 847,25)
Outros rendimentos	18	304 039,62	301 724,56
Outros gastos	19	(151 179,49)	(182 842,81)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		816 761,55	891 682,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	20	(285 648,90)	(295 266,72)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		531 112,65	596 416,04
Juros e gastos similares suportados	21	(71 949,20)	(74 691,04)
Resultado antes de impostos		459 163,45	521 725,00
Impostos sobre o rendimento do período	22	(107 187,99)	(130 321,59)
Resultado líquido do período		351 975,46	391 403,41

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em euros

RUBRICAS	NOTAS	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 586 618,00	3 156 914,68
Pagamentos a fornecedores		(2 297 723,58)	(2 098 426,46)
Pagamentos ao pessoal		(420 497,19)	(416 660,16)
Caixa gerada pelas operações		868 397,23	641 828,06
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(245 186,02)	61 708,02
Outros recebimentos/pagamentos		(75 942,22)	(75 967,80)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		547 268,99	627 568,28
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos intangíveis		(893 949,75)	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(893 949,75)	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(135 632,89)	(124 590,45)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(135 632,89)	(124 590,45)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(482 313,65)	502 977,83
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	685 748,21	192 767,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	213 431,56	685 748,21

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Trigo Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Medos *[Signature]*
[Signature] *[Signature]*





AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital subscrito	Outros Instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		50 000,00	352 000,00	10 000,00	(33 920,24)	54 872,85	378 079,76
Aplicação do resultado do período anterior	13				54 872,85	(54 872,85)	
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		50 000,00	352 000,00	10 000,00	20 952,61		432 952,61
Resultado líquido do período						391 403,41	391 403,41
Posição no fim do período		50 000,00	352 000,00	10 000,00	20 952,61	391 403,41	824 356,02

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital subscrito	Outros Instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		50 000,00	352 000,00	10 000,00	20 952,61	391 403,41	824 356,02
Aplicação do resultado do período anterior	13				391 403,41	(391 403,41)	
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		50 000,00	352 000,00	10 000,00	412 356,02		824 356,02
Resultado líquido do período						351 975,46	351 975,46
Posição no fim do período		50 000,00	352 000,00	10 000,00	412 356,02	351 975,46	1 176 331,48

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Tiago Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nedoz

Guimarães

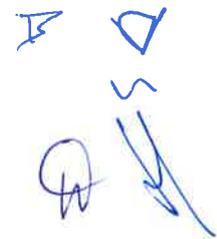


Handwritten initials in blue ink, including 'A', 'B', 'S', 'W', and a signature.



3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aqualvas - Águas de Elvas, S.A. (“Empresa” ou “Aqualvas”) é uma sociedade anónima, com sede na Praça da República, nº 12 em Elvas, constituída em 19 de agosto de 2008, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de maio de 2009, tendo como atividade principal a concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, incluindo esta atividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aqualvas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1 ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrado com o Município, pelo período de 30 anos, e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a Empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos da legislação em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas





Handwritten blue ink marks and signatures in the top right corner of the page.

nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na NCRF 4 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a Empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento inicial de 7.734 milhares de Euros (Nota 6).

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a NCRF 21, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aqualvas reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a NCRF 19 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a NCRF 20 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:





Handwritten blue notes and signatures in the top right corner, including the letters 'IE', 'D', and 'W'.

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	1 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, que são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira, ou seja, 30 anos.

3.4 IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.



A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6 INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários aos inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas em resultados.

3.7 CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.





Handwritten blue ink marks and scribbles in the top right corner of the page.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se, após o seu reembolso, o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.

3.8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Diferimentos;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.





Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9 RÉDITO

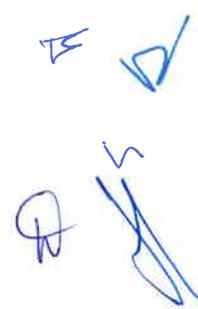
Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.10 ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.





Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.11 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13 GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal cliente são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.14 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.





As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era:

	Ano 2019	Ano 2018
Caixa	4 750,00 €	4 750,00 €
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	80 076,74	80 319,19 €
Caixa Geral de Depósitos	128 604,82	610 676,02 €
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	213 431,56 €	695 745,21 €

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que devessem ser corrigidos.





Handwritten blue notes and signatures in the top right corner.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2018	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2019
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	102 532,55 €	10 264,70 €	0,00 €	112 797,25 €
Equipamento administrativo	28 235,01 €	0,00 €	0,00 €	28 235,01 €
Total	130 767,56 €	10 264,70 €	0,00 €	141 032,26 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2018	Aumentos (Nota 20)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2019
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	101 011,93 €	1 430,35 €	0,00 €	102 442,28 €
Equipamento administrativo	28 235,01 €	0,00 €	0,00 €	28 235,01 €
Total	129 246,94 €	1 430,35 €	0,00 €	130 677,29 €
Saldo líquido	1 520,62 €	8 834,35 €	0,00 €	10 354,97 €
ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2017	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2018
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	108 090,46 €	0,00 €	(5 557,91) €	102 532,55 €
Equipamento administrativo	34 511,54 €	0,00 €	(6 276,53) €	28 235,01 €
Total	142 602,00 €	0,00 €	(11 834,44) €	130 767,56 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2017	Aumentos (Nota 20)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2018
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	95 756,11 €	10 813,73 €	(5 557,91) €	101 011,93 €
Equipamento administrativo	34 277,10 €	234,44 €	(6 276,53) €	28 235,01 €
Total	130 033,21 €	11 048,17 €	(11 834,44) €	129 246,94 €
Saldo líquido	12 568,79 €	(11 048,17) €	0,00 €	1 520,62 €



Handwritten blue notes and signatures in the top right corner.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL		Saldo em 31.12.2018	Aumentos	Saldo em 31.12.2019
Ativos intangíveis em Firme		7 734 047,98 €	0,00 €	7 734 047,98 €
Total		7 734 047,98 €	0,00 €	7 734 047,98 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		Saldo em 31.12.2018	Aumentos (Nota 20)	Saldo em 31.12.2019
Ativos intangíveis em Firme		1 954 937,58 €	284 218,55 €	2 239 156,13 €
Total		1 954 937,58 €	284 218,55 €	2 239 156,13 €
Saldo líquido		5 779 110,40 €	(284 218,55) €	5 494 891,85 €

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL		Saldo em 31.12.2017	Aumentos	Saldo em 31.12.2018
Ativos intangíveis em Firme		5 783 648,07 €	1 950 399,91 €	7 734 047,98 €
Total		5 783 648,07 €	1 950 399,91 €	7 734 047,98 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		Saldo em 31.12.2017	Aumentos (Nota 20)	Saldo em 31.12.2018
Ativos intangíveis em Firme		1 670 719,03 €	284 218,55 €	1 954 937,58 €
Total		1 670 719,03 €	284 218,55 €	1 954 937,58 €
Saldo líquido		4 112 929,04 €	1 666 181,36 €	5 779 110,40 €

O aumento do ativo intangível no exercício de 2018, está relacionado com a alteração de Contrato de Concessão, cujas principais modificações dizem respeito ao facto de a Concessionária passar a dispor de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e várias Estações Elevatórias, para sua gestão e consequentemente manutenção, e a uma ampliação em investimentos anuais em renovação das redes, quer de abastecimento quer de saneamento. Estes novos investimentos tiveram o valor de aproximadamente 2 milhões de Euros.

Provisões

As provisões registadas são referentes, essencialmente, ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, se encontra em falta efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado (7.734.047,98 Euros), no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2019	Ano 2018
Saldo inicial	1 950 399,91 €	0,00 €
Aumentos (a)	0,00 €	1 950 399,91 €
Diminuições		
Plano de Investimento (Nota 14 e 16)	(51 206,86) €	0,00 €
Saldo final	1 899 193,05 €	1 950 399,91 €

a) O aumento registado em 2018 é referente ao reconhecimento do plano de investimento relacionado com o saneamento.





B
V
S
M

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2019	Ano 2018
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Saldo inicial	184 830,41 €	183 171,41 €
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 22)	10 614,05 €	1 659,00 €
Total dos efeitos na demonstração de resultados	10 614,05 €	1 659,00 €
Saldo final	195 444,46 €	184 830,41 €

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi de 21%, acrescida de derrama municipal.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2019	Ano 2018
Ativo		
Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas		
Imposto sobre o rendimento do período (Nota 22)	(117 802,04) €	0,00 €
Pagamentos por conta pagos em 2019 (Nota 22)	119 259,00 €	0,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	6 905,65 €	4 870,43 €
Total	8 362,61 €	4 870,43 €
Passivo		
Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas		
Imposto sobre o rendimento do período (Nota 22)	0,00 €	131 980,59 €
Pagamentos por conta pagos em 2018 (Nota 22)	0,00 €	(6 053,57) €
Retenção de impostos sobre o rendimento de pessoas singulares	3 093,45 €	3 285,45 €
Contribuições para a segurança social	6 440,19 €	7 978,96 €
Outros impostos	221,01 €	61,91 €
Total	9 754,65 €	137 253,34 €





Handwritten notes in blue ink, including the letters 'B', 'S', and 'K' and some illegible scribbles.

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de “Clientes” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2019	Ano 2018
Clientes		
Clientes C/C	994 988,41 €	955 312,43 €
Perdas por imparidade acumuladas	(33 384,31) €	(30 035,94) €
Total	961 604,10 €	925 276,49 €

O elevado montante da rubrica de clientes está relacionado com o cliente Município de Elvas. O valor em dívida a 31 de dezembro de 2019 deste cliente ascende a 489.071,58 Euros (em 2018 era de 444.024,95 Euros), sendo que corresponde, quase na sua totalidade, a 35% de desconto na compra de água dos meses de agosto 2017 a janeiro de 2019, conforme a alteração ao contrato de concessão assinado em 2017.

Perdas por imparidade

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2019	Ano 2018
Saldo inicial	(30 035,94) €	(12 188,69) €
Reforço	(28 089,35) €	(33 643,39) €
Reversão	24 740,98 €	15 796,14 €
Saldo final	(33 384,31)	(30 035,94)
Varição Ano	(3 348,37)	(17 847,25)

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2019	Ano 2018
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação	105 265,45 €	113 573,34 €
Desconto compra de água pendente de faturação	272 552,32 €	22 268,48 €
Outros devedores - Cauções	16 422,84 €	13 739,33 €
Adiantamentos a fornecedores	262,98 €	0,00 €
Total	394 503,59 €	149 581,15 €

O valor da rubrica estimativa de produção pendente de faturação, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados.

A rubrica “Desconto compra de água”, no montante de 272.552,32 Euros (em 2018 22.268,48 Euros), refere-se aos rendimentos a faturar relacionados com o desconto na compra de água acordado com o Município de Elvas relativo aos meses de fevereiro a dezembro de 2019 (Notas 15, 18 e 23).





Handwritten initials and marks in blue ink, including 'B', 'D', and 'S'.

Adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de “Adiantamentos de clientes” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2019	Ano 2018
Adiantamentos de clientes	13 077,16 €	11 759,36 €
Total	13 077,16 €	11 759,36 €

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2019	Ano 2018
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	8 335,84 €	8 773,13 €
Gastos a reconhecer - Saneamento	177 143,94 €	186 467,23 €
Total	185 479,78 €	195 240,36 €

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos – Gastos a reconhecer - Saneamento” inclui faturas relativas a compra de água de saneamento, referentes ao período de 2017, que apenas começaram a ser reconhecidas como gasto a partir de janeiro de 2018 (momento da correspondente atualização de tarifas) e até ao final da concessão.

11. PARTES RELACIONADAS

A Empresa faz parte do grupo FCC através da participação de 100,00 % da empresa FCC Aqualia, S.A. (FCC Aqualia). As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respetivo grupo.

A partir do Acordo-Quadro de Reestruturação e do Contrato de Financiamento subscrito por um grupo de empresas liderado pela FCC, S.A. (FCC) e entre as quais se encontra a Aqualia e a quase totalidade dos seus credores financeiros, em 26 de junho de 2014 procedeu-se à assinatura de um contrato de empréstimo empresa a FCC e a Empresa. Adicionalmente, em fevereiro de 2017, a FCC Aqualia, tomou a posição da FCC, pelo que a Empresa deixou de ser garante no acordo de refinanciamento subscrito em 2014 entre a FCC e a quase totalidade dos seus credores financeiros.

Em 24 de fevereiro de 2017 o empréstimo, no montante total de 987.000 Euros, foi assumido pela FCC Aqualia, com vencimento em 08 de junho de 2022 e com uma taxa de juro de 3,25%.

No que concerne ao financiamento de 1.575.000 Euros refere-se a um contrato de suprimentos contraído por um ano, renovável automática e sucessivamente por iguais períodos, o qual vence a 31 de janeiro de cada ano. A renovação ocorre caso não haja comunicação prévia do acionista, com pelo menos, 45 dias de antecedência. O mesmo vence juros indexados à Euribor a 3 meses acrescida de 3%. Até 31 de janeiro de 2020, o acionista não manifestou a intenção de não renovação deste contrato, razão pela qual se encontra registado como passivo não corrente.

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:





W

B
D
h
A

SALDOS	Ano 2019			Ano 2018		
	Fornecedores (Nota 12)	Financiamentos obtidos - Não Corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 12)	Fornecedores (Nota 12)	Financiamentos obtidos - Não Corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 12)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	32 540,48 €	0,00 €	534 081,53 €	82 702,63 €	0,00 €	1 376 824,42 €
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	4 210,48 €	0,00 €	0,00 €	4 265,98 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia S.A.	9 708,31 €	2 562 000,00 €	11 007,35 €	9 601,75 €	2 562 000,00 €	74 691,04 €
Total	46 459,27 €	2 562 000,00 €	545 088,88 €	96 570,36 €	2 562 000,00 €	1 461 515,46 €

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2019			Ano 2018		
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Outros gastos (Nota 19)	Juros e gastos similares suportados (Nota 21)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Outros gastos (Nota 19)	Juros e gastos similares suportados (Nota 21)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	379 636,56 €	0,00 €	0,00 €	244 814,62 €	0,00 €	0,00 €
Aquamaior - Aguas de Campo Maior S.A.	7 739,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	25 230,68 €	0,00 €	0,00 €	25 296,74 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia S.A.	0,00 €	9 708,31 €	71 949,20 €	0,00 €	9 601,75 €	74 691,04 €
Total	412 606,26 €	9 708,31 €	71 949,20 €	270 111,36 €	9 601,75 €	74 691,04 €

12. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2019	Ano 2018
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	46 459,27 €	96 570,36 €
Fornecedores C/C	933 544,48 €	627 501,70 €
Total	980 003,75 €	724 072,06 €
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	11,07 €	158,26 €
Fornecedores de investimentos (Nota 11)	534 081,53 €	1 376 824,42 €
Fornecedores de investimentos (outros)	10 264,70 €	0,00 €
Credores por acréscimos de gastos		
Outros acréscimos de gastos	54 283,90 €	53 847,38 €
Devedores e credores diversos		
Outros Credores Diversos - Alvarez	169 352,60 €	183 146,64 €
Outros Credores Diversos - Resíduos Sólidos	70 738,65 €	58 633,66 €
Outros Credores Diversos	0,00 €	6 263,07 €
Partes relacionadas (Nota 11) - FCC Aqualia S.A. (Juros)	11 007,35 €	74 691,04 €
Total	849 739,80 €	1 753 564,47 €

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Outras dívidas a pagar” inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 545.088,88 Euros e 1.451.515,46 Euros, respetivamente (Nota 11).





Handwritten notes in blue ink: a circled 'W', a circled 'S', and a circled 'B'.

13. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada.

Reserva Legal

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Reserva Legal encontra-se totalmente realizada.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 10 de maio de 2019, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de 391.403,41 Euros, foi transferido para a rubrica de resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 03 de abril de 2018, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de 54.872,85 Euros, foi transferido para a rubrica de resultados transitados.

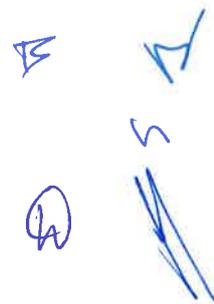
14. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Vendas e prestações de serviços" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2019	Ano 2018
Vendas		
Abastecimento	1 782 220,23 €	1 770 250,77 €
Saneamento	1 567 318,98 €	1 488 184,13 €
Mercadorias	708,23 €	0,00 €
Serviços prestados	194 012,04 €	265 364,69 €
Subcontratos (1) (Nota 6)	51 206,86 €	0,00 €
Total	3 595 466,34 €	3 523 799,59 €

(1) Corresponde à componente de proveitos relacionados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas.





15. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2019	Ano 2018
Matérias-primas		
Inventários iniciais	25 884,67 €	23 897,46 €
Compras	1 376 901,16 €	1 402 007,00 €
Inventários finais	24 272,87 €	25 884,67 €
Total	1 378 512,96 €	1 400 019,79 €

A rubrica “Compras” refere-se na sua totalidade ao valor adquirido de água em 2019, sendo que ao valor indicado deve-se descontar o montante referido na rubrica “Outros rendimentos – Desconto compra de água” no montante de 293.877,12 Euros (295.822,81 Euros em 2018) (Nota 18). Este valor corresponde a 35% de desconto na compra de água, conforme a alteração ao contrato de concessão assinado em 2017 (Nota 9 e 23).

O valor final da compra de água em 2019 e 2018 deverá ser respetivamente de 1.083.024,04 Euros e 1.106.184,19 Euros.

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2019	Ano 2018
Subcontratos (1) (Nota 6)	51 206,86 €	0,00 €
Serviços especializados	656 454,04 €	539 653,47 €
Materiais	66 019,03 €	43 055,62 €
Energia e fluidos	137 589,82 €	129 204,92 €
Deslocações, estadas e transportes	7 568,21 €	8 731,78 €
Serviços diversos	211 867,46 €	199 854,52 €
Total	1 130 705,42 €	920 500,31 €

(1) Corresponde à componente de custos incorridos na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 412.606,26 Euros e 270.111,36 Euros, respetivamente (Nota 11).





Handwritten blue notes and signatures in the top right corner.

17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2019	Ano 2018
Remunerações	310 934,80 €	308 890,51 €
Encargos sociais	69 729,67 €	69 819,24 €
Seguros de acidentes de trabalho	5 738,43 €	6 544,58 €
Outros gastos com o pessoal	32 595,27 €	27 376,90 €
Total	418 998,17 €	412 631,23 €

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, repartido por empregados e assalariados foi no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de 21 colaboradores.

18. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2019	Ano 2018
Rendimentos suplementares	0,00 €	80,00 €
Outros rendimentos - Desconto compra de água (Nota 15)	293 877,12 €	295 822,81 €
Outros rendimentos	10 162,50 €	5 821,75 €
Total	304 039,62 €	301 724,56 €

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a rubrica “Outros rendimentos – Desconto compra de água” inclui o montante de 293.877,12 Euros, em 2018 era de 295.822,81 Euros refere-se aos rendimentos a faturar relacionados com o desconto na compra de água (Nota 9, 15 e 23).

19. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2019	Ano 2018
Impostos e taxas	53 480,23 €	64 297,46 €
Donativos	500,00 €	0,00 €
Quotizações	1 070,00 €	1 573,75 €
Multas e penalidades	0,00 €	1 994,99 €
Serviços bancários	64 057,65 €	63 919,95 €
Dívidas incobráveis (Nota 22)	24 447,61 €	20 704,28 €
Juros de Mora	7 416,67 €	21 219,23 €
Correções relativas a períodos anteriores	0,00 €	1 200,00 €
Outros gastos	207,33 €	7 933,15 €
Total	151 179,49 €	182 842,81 €

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os “Outros gastos” incorridos com partes relacionadas ascendem a 9.708,31 Euros e a 9.601,75 Euros, respetivamente (Nota 11).





W

R
W
S
W

20. GASTOS DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	Ano 2019	Ano 2018
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento básico (Nota 6)	1 430,35 €	10 813,73 €
Equipamento administrativo (Nota 6)	0,00 €	234,44 €
Ativos intangíveis		
Outros ativos intangíveis (Reversíveis) (Nota 6)	284 218,55 €	284 218,55 €
Total	285 648,90 €	295 266,72 €

21. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte composição:

	Ano 2019	Ano 2018
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos (Nota 11)	71 949,20 €	74 691,04 €
Total	71 949,20 €	74 691,04 €

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município de Elvas, a derrama é de 0,4%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 21,4%.

Para o período de 2019, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

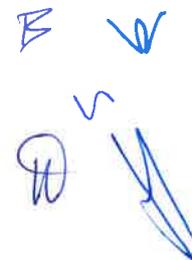
- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2016 a 2019 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018.





Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais (PF) apurados entre 2017 e 2019 são reportáveis durante um período de cinco anos (doze anos para os PF apurados entre 2014 e 2016). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são detalhados conforme segue:

	Ano 2019	Ano 2018
Resultado antes de impostos	459 163,45 €	521 725,00 €
Amortização de investimentos reversíveis não aceites (Nota 20)	284 218,55 €	284 218,55 €
Donativos	500,00 €	0,00 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	7 416,67 €	23 214,22 €
Correções relativas a períodos anteriores	0,00 €	1 200,00 €
Créditos incobráveis não aceites (Nota 19)	24 447,61 €	20 704,28 €
Imparidade não aceite (Nota 9)	21 067,01 €	0,00 €
Reversão imparidade (Nota 9)	(24 740,98) €	(15 796,14) €
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(234 620,20) €	(234 620,20) €
Lucro tributável	537 452,11 €	600 645,71 €
Prejuízos reportados de anos anteriores	0,00 €	0,00 €
Matéria coletável	537 452,11 €	600 645,71 €
Coleta	112 264,94 €	125 535,60 €
Derrama Municipal	2 149,81 €	2 402,58 €
Tributações autónomas	3 387,29 €	4 042,41 €
Imposto corrente do exercício	117 802,04 €	131 980,59 €
Pagamento especial por conta	0,00 €	0,00 €
Retenções na fonte	0,00 €	0,00 €
Pagamento por conta (Nota 8)	119 259,00 €	6 053,58 €
Total IRC a pagar/(recuperar)	(1 456,96) €	125 927,01 €
Imposto corrente do exercício	117 802,04 €	131 980,59 €
Imposto diferido ativo (Nota 7)	(10 614,05) €	(1 659,00) €
Imposto do exercício	107 187,99 €	130 321,59 €

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.



W

IS
W
S

23. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existiam na Aquaelvas ativos ou passivos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registrar-se, relativamente ao período em questão.

24. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2019, a empresa apresentava Caixa e equivalentes no montante de 213.431,56 Euros, tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 547.268,99 Euros, não existindo qualquer dívida financeira de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2019, a empresa apresentava um passivo corrente superior ao ativo corrente em, 64.920,85 Euros, embora naquele passivo se incluam 545.088,88 Euros de dívidas a empresas do Grupo (Nota 11).

Os Administradores da Aquaelvas elaboraram o presente Relatório e apresentam estas Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações.

Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

Nota de garantias

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Aquaelvas não é garante do acordo de refinanciamento do grupo FCC.





25. LOCAÇÕES

Locações operacionais

Foram celebrados contratos de *renting* com a empresa Leaseplan no ano 2015, pelo período de 36 meses. Sendo que os mesmos foram renovados no final de 2018 por períodos de 36/48 e 60 meses.

Durante os meses remanescentes prevê-se que venham a ser pagos 35.017,68 Euros, que se discriminam da seguinte forma:

Ano	Valor
2020	27 905,52 €
2021	7 112,16 €
TOTAL	35 017,68 €

26. OUTROS ASSUNTOS

No dia 26 de julho de 2017 foi assinada uma alteração do Contrato de Concessão, cujas principais modificações dizem respeito ao facto de a Concessionária passar a dispor de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e várias Estações Elevatórias, para sua gestão e consequentemente manutenção, e a uma ampliação em investimentos anuais em renovação das redes, quer de abastecimento quer de saneamento.

Nessa mesma alteração ao contrato de concessão é referido que a Concessionária adquire a posição contratual do Município de Elvas no contrato de fornecimento de água em alta existente com a Águas do Vale do Tejo, mantendo o direito a um desconto de 35% do valor total da água em alta adquirida, desconto esse que se destinaria a compensar um conjunto de custos de gestão de infraestruturas incorridos pela Empresa e que eram encargo da entidade fornecedora de água em alta. Não obstante essa situação constar do contrato de concessão assinado entre a Empresa e o Município de Elvas, com a alteração ao mesmo Contrato de Concessão, as faturas da água em alta que eram anteriormente emitidas pelo Município de Elvas com o respetivo desconto de 35%, passaram a ser emitidas pela Águas do Vale do Tejo diretamente à Empresa. Tais faturas, no entanto, foram emitidas pelo montante total, sem incluir qualquer referência ao desconto de 35%, mencionado no aditamento ao Contrato de Concessão. Têm existido reuniões entre a Empresa, o Município de Elvas e a Águas do Vale do Tejo, para tentar chegar a um consenso entre as três partes envolvidas quanto à forma de regularizar a situação, uma vez que a Águas do Vale do Tejo pretende que essa regularização seja feita, não pela aplicação direta de um desconto, mas sim pela quantificação de uma compensação pela gestão das infraestruturas de água em alta, que estaria originalmente a seu cargo.

Na data de emissão destas demonstrações financeiras, já existe um acordo entre o Município de Elvas e a Águas do Vale do Tejo, que regula o apuramento e a forma de liquidação das despesas que seriam da responsabilidade desta última, enquanto fornecedora de água em alta, mas que foram incorridas pela gestão do sistema de distribuição de água em baixa, estando apenas pendente de formalizar, através de acordo ou outro tipo de compromisso entre o Município de Elvas e a Empresa, a forma como esta será compensada das despesas que realizou e que correspondem ao desconto de 35% que anteriormente era aplicado.

A Empresa mantém nas suas contas, a 31 de dezembro de 2019, um saldo de clientes a receber por parte do Município de Elvas no valor total de 486.062,08 Euros (Nota 9), referente ao período que vai desde 01



de agosto de 2017 a 31 de janeiro de 2019, assim como um acréscimo de rendimentos relacionado com a situação acima descrita, no valor total de 272.552,32 Euros (Nota 9), referente ao período que vai desde 01 de fevereiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, sendo que o Conselho de Administração não prevê qualquer perda naqueles valores a receber com referência a 31 de dezembro de 2019.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

O surgimento do Coronavírus COVID-19 na China em dezembro de 2019 e sua recente expansão global para um grande número de países levou o surto viral a ser classificado como pandémico pela Organização Mundial da Saúde desde o dia 11 de março de 2020. Considerando a complexidade dos mercados devido à sua globalização e a ausência, no momento, de um tratamento médico eficaz contra o vírus, as consequências para as operações da Empresa são incertas e dependerão, em grande parte, da evolução e disseminação da pandemia nos próximos meses, bem como da capacidade de reação e adaptação de todos os agentes económicos.

Ainda não nos é possível estimar, com razoável grau de confiança, eventuais impactos na atividade da Empresa face ao atual enquadramento de elevada incerteza e rápida evolução. A Empresa irá continuar a monitorizar a ameaça e as suas implicações no negócio e reitera o seu compromisso de facultar a informação necessária, em caso de mudança significativa do impacto da pandemia do Coronavírus nas suas operações. Sendo certo que se vive atualmente um período ímpar de elevada incerteza, a Empresa está a trabalhar arduamente para minimizar os impactos desta pandemia e a sua atividade operacional não tem sentido qualquer impacto relevante operacional ou financeiro até à presente data.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

235776157
89865
Triago Santos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Medeiros *[Signature]* *[Signature]*
[Signature]

Handwritten initials in blue ink, possibly "AS", "h", and "A".



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 7.490.100 Euros e um total de capital próprio de 1.176.331 Euros, incluindo um resultado líquido de 351.975 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme referido em maior detalhe na Nota 26 do anexo às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2019 a Entidade mantém contas a receber do Município de Elvas (“Município”) no montante total de 758.614 Euros (Notas 9), respeitantes a um direito contratual da Entidade, estabelecido na Alteração do Contrato de Gestão ocorrida em julho de 2017, referente a um desconto de 35% do valor total da água em alta adquirida pela Entidade. Contudo, até 31 de dezembro de 2019, verifica-se que o contrato de fornecimento de água em alta se encontra a ser faturado à Entidade, diretamente pela Águas do Vale do Tejo (“AVT”), sem o referido desconto. À data deste relatório, e conforme divulgado na referida Nota, já existe um acordo de princípio entre o Município e a AVT com o objetivo de satisfazer o direito contratual da Entidade no curto prazo, sendo que o Conselho de Administração não prevê qualquer perda naqueles valores a receber com referência a 31 de dezembro de 2019.

Conforme divulgado na Nota 27 do anexo às demonstrações financeiras, subsequentemente a 31 de dezembro de 2019, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde como pandemia a disseminação do novo Coronavírus. Esta situação e a sua evolução poderão vir a ter impactos significativos na envolvente económica global, e consequentemente na atividade da Entidade. De acordo com a informação atualmente disponível, a extensão e severidade destes impactos não são ainda determináveis, sendo que o Conselho de Administração considera que o pressuposto de continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras da Entidade com referência a 31 de dezembro de 2019 se mantém apropriado.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de abril de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A. ("Entidade"), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2019, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2019, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2019 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida, que não inclui reservas e contém duas ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o referido na secção "Ênfases" da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 30 de abril de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC